Princípios de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

1. Qual é o nosso compromisso

Este documento reflete o nosso compromisso em (i) comunicar de forma transparente sobre os dados pessoais que tratamos e em que condições; (ii) garantir a segurança dos dados pessoais e a privacidade dos titulares de dados; (iii) disponibilizar os mecanismos adequados para o exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais; e (iv) respeitar o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), - e restante legislação aplicável, incluindo a legislação nacional que complementa o RGPD (Lei 58/2019 de 8 de Agosto).

2. Quem somos

A Interfundos é a **Responsável pelo Tratamento** dos dados pessoais dos Participantes ou Acionistas (consoante a natureza contratual ou societária do Organismo de Investimento Alternativo Imobiliário, em causa), Contrapartes, Fornecedores de Serviços (efetivos e potenciais) Colaboradores respetivos e quem, nesse âmbito, decide quais os dados recolhidos, os meios de tratamento e as finalidades para que os dados são tratados. Sem prejuízo do que fica dito, a categoria, a profundidade e a finalidade de tratamento dos dados pessoais são variáveis e função da categoria a que pertence o titular dos dados e o propósito do tratamento.

O respetivo contacto é o seguinte:

Interfundos

Av. Prof. Dr Cavaco Silva (Tagus Park) Edif. 3

2740-256 Porto Salvo

Endereço de correio eletrónico: secretariado.sociedade@millenniumbcp.pt

A Interfundos tem um **Encarregado da Proteção de Dados** que (i) monitoriza a conformidade do tratamento de dados com as normas aplicáveis, (ii) é um dos seus pontos de contacto para o esclarecimento de questões relativas ao tratamento de dados, (iii) coopera com a Comissão Nacional de Proteção de Dados (**CNPD**), na sua qualidade de autoridade de controlo, e (iv) presta informação e aconselha a Interfundos sobre as suas obrigações no âmbito da privacidade e proteção de dados pessoais.

O contacto do nosso Encarregado da Proteção de Dados é:

Interfundos

Encarregado de Proteção de Dados

Av. Prof. Dr Cavaco Silva (Tagus Park) Edif. 1, nº 32

2740-256 Porto Salvo

Endereço de correio eletrónico: protecao.dados.pessoais@interfundos.pt

3. Que dados pessoais recolhemos e tratamos

No essencial, um dado pessoal é qualquer informação que (independentemente da sua natureza ou suporte), de uma forma direta ou em combinação com outros dados, pode identificar uma pessoa singular ou pode a ela ser associado.

A tabela seguinte apresenta as principais categorias de dados pessoais que tratamos:

Categoria de dados pessoais	Exemplos
Identificação e contactos	Nome, número de documento de identificação, número de identificação fiscal, fotografia, assinatura, morada, contacto telefónico ou endereço de correio eletrónico.
Dados biográficos	Data de nascimento, sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil, informação sobre o agregado familiar, habilitações académicas, ou dados sobre a profissão.

Dados financeiros	Património financeiro, responsabilidades no setor financeiro, ou salário mensal.
Produtos e serviços	Número de conta.
Perfis	Perfil de investidor e grau de risco de crédito.
Conteúdos	Informação contida nas comunicações escritas entre o Cliente e a Interfundos.

A Interfundos obtém estes dados pessoais através dos seguintes meios de recolha (ou produção):

Meios de recolha	Exemplos
Dados fornecidos pelos titulares	Dados ou conteúdos fornecidos diretamente pelos titulares (i) no processo de subscrição ou aquisição de produtos e serviços, (ii) nas interações com a rede de balcões ou o centro de contactos do Banco Comercial Português e deslocações às nossas instalações, (iii) nas cartas ou mensagens de correio eletrónicas enviadas.
Dados obtidos de entidades terceiras	Dados obtidos pela Interfundos junto de entidades terceiras com as quais trabalha, incluindo advogados e autoridades de Supervisão.

Obrigação de fornecer dados pessoais

No âmbito do estabelecimento de relações comerciais e contratuais, mas também no âmbito do cumprimento de obrigações legais e/ou regulamentares relativas, por exemplo, ao regime da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo é obrigatória a apresentação e recolha de alguns dados pessoais de Participantes ou Acionistas (consoante a natureza contratual ou societária do Organismo de Investimento Alternativo Imobiliário, em causa), Contrapartes, Fornecedores de Serviços e outros titulares (e.g. fiadores, avalistas, representantes, beneficiários efetivos) necessários para cumprimento das obrigações e diligências pré-contratuais e contratuais, ou daquelas que decorrem da regulamentação em vigor. Regra geral, sem estes dados, a Interfundos terá de recusar iniciar relações de negócio, realizar transações ocasionais, celebrar contratos, ou executar uma ordem, ou ainda cessar contrato, tendo de o resolver.

4. Como tratamos os dados pessoais

Um tratamento de dados é uma operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais por meios manuais ou automatizados, incluindo a recolha, armazenamento, utilização, cópia e transferência. Na Interfundos tratamos os dados pessoais de forma lícita, leal e transparente e com finalidades específicas. As secções seguintes descrevem e ilustram as principais finalidades de tratamento na Interfundos, enquadradas nas respetivas bases de licitude:

Execução de contrato

A Interfundos efetua os tratamentos de dados necessários para a celebração, execução e gestão de contratos em que o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.

Finalidade de tratamento	Exemplos
Gestão de fundos	Concretização de transações sobre ativos imobiliários, incluindo operações de arrendamento e organização documental necessária para celebração de contrato de promessa de compra e venda ou mesmo de escritura.

Contrato de Prestação de Serviços	Organização documental para análise de risco à celebração do contrato de prestação de serviços (ex: empreitada, segurança, fiscalização obra, gestão de condomínios etc.).
-----------------------------------	--

Cumprimento de obrigação legal ou regulamentar

A Interfundos efetua os tratamentos de dados necessários para garantir o cumprimento das diversas obrigações legais - nacionais e europeias - a que está sujeito, incluindo (i) o Regime da Gestão de Ativos, (ii) o Regulamento CMVM 7/2023, (iii) o Regulamento Delegado (EU) 231/2013 da Comissão, (iv) o Código de Valores Mobiliários, (v) o Código das Sociedades Comerciais, (vi) a legislação relativa à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo, (vii) a legislação tributária, (viii) as disposições relativas à supervisão da atividade de gestão de organismos de investimento coletivo e (ix) a legislação relativa à proteção de dados pessoais.

Finalidade de tratamento	Exemplos
Gestão de risco	Verificação da identidade e idade, perfil de risco e objetivos de investimento de um Participante ou de uma Contraparte.
Prevenção de fraude	Deteção, análise e resposta a potenciais eventos de fraude.
Prevenção de crimes de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo	Verificação de listas de pessoas e entidades sujeitas a sanções financeiras ou comerciais, ou identificação e reporte de operações suspeitas.
Prestação de informação e resposta a pedidos de Autoridades Públicas	Prestação de informação obrigatória (prudencial e outras) e em resposta a pedidos diversos dos reguladores sectoriais (e.g. CMVM, IMPIC), autoridades públicas (e.g. Tribunais, Polícias, AT), auditores externos, ou ao abrigo do <i>The Foreign Account Tax Compliance Act, 2010 (FATCA)</i> ou do <i>Common Reporting Standard (CRS)</i> .
Contabilidade e Reporte Financeiro	Registo contabilístico, produção e divulgação das demonstrações financeiras da Interfundos.
Gestão do arquivo documental	Recolha, classificação e armazenamento de documentos físicos com dados pessoais no arquivo documental, que constituem evidência obrigatória no contexto da atividade da Interfundos.
Gestão de contactos e reclamações	Receção, análise e resposta a pedidos de informação e reclamações de Investidores/Participantes.

Interesse legítimo

Sempre que Interfundos efetua tratamentos de Dados com base em interesses legítimos, a mesma realiza uma análise prévia do tratamento, de modo a garantir que os direitos e interesses dos titulares dos dados não são prevaletentes sobre tais interesses legítimos.

Finalidade de tratamento	Interesse legítimo	Exemplos
--------------------------	--------------------	----------

Prestação de informação a Participantes	Assegurar que os titulares dos dados estão/são devidamente informados relativamente aos produtos/serviços subscritos e/ou que pretendem subscrever. Transmitir informação relevante (conexas com tais produtos e/ou serviços) aos titulares	Envio de material informativo diverso no contexto da aquisição ou subscrição de produtos ou serviços pelos Investidores/Participantes/Acionistas.
Desenvolvimento de produtos e serviços	Desenvolver e melhorar os produtos e serviços disponibilizados pela Interfundos.	Recolha e análise de dados para o desenvolvimento ou adaptação de novos produtos e serviços da Interfundos, com o objetivo de melhor servir as necessidades específicas dos Participantes.
Gestão de contencioso	Gestão eficiente de processos e de contencioso em geral.	Exercício de direitos contratuais ou legais e de defesa em caso de litígios judiciais ou extrajudiciais emergentes, nomeadamente em situações de mora ou incumprimento de obrigações de qualquer natureza do titular dos dados perante a Interfundos.
Cobranças	Recuperar créditos da Interfundos em incumprimento.	Atividades de recuperação de crédito em incumprimento.
Controlo de gestão	Garantir uma gestão sã e prudente da Interfundos.	Produção de informação de controlo e gestão da Interfundos.
Auditoria Interna	Avaliar o cumprimento de normas legais e normativos internos.	Recolha e análise de dados no contexto da auditoria interna dos processos e operações da Interfundos.
Gestão e segurança dos sistemas de informação e instalações	Proteger os sistemas de informação da Interfundos, bem como as pessoas e bens que se encontrem nas instalações da mesma.	Processos de gestão e monitorização dos sistemas de informação e infraestruturas tecnológicas, registo de eventos de acesso e utilização dos sistemas, processos de deteção, análise e resposta a potenciais incidentes de segurança de informação, controlo das identidades e acessos aos sistemas de informação, ou controlo de acessos físicos às instalações

Consentimento do titular dos dados

A Interfundos pode efetuar outros tratamentos de dados pessoais quando tiver obtido o consentimento prévio, expresso, por escrito, oralmente ou através de ação explícita, informada, livre e para fins específicos do titular dos dados.

A Interfundos apenas efetua tratamentos de dados pessoais com devida fundamentação de licitude, e sujeitos a informação prévia aos respetivos titulares. Eventuais tratamentos de dados secundários adicionais apenas são realizados se (i) forem compatíveis com as finalidades autorizadas e comunicadas aos titulares ou (ii) se forem objeto de consentimento específico e explícito dos titulares dos dados.

5. Quais são os prazos de conservação e tratamento dos dados pessoais

A Interfundos conserva e trata os dados pessoais pelo tempo necessário e enquanto subsistirem as legítimas finalidades para as quais os dados são tratados, para cumprimento de obrigações contratuais, legais e regulamentares, ou para proteção dos seus interesses legítimos ou de entidades terceiras.

Motivo da conservação	Tempo de conservação
Cumprimento de contrato	Período de vigência do contrato. A Interfundos poderá manter os dados pessoais por períodos superiores à duração da relação contratual, para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato, com base em interesses legítimos que o fundamentam, nomeadamente a defesa em processos judiciais ou ainda com base no consentimento do titular dos dados.
Obrigação legal, fiscal ou regulamentar	Prazos legais de prescrição associados a obrigações legais, fiscais ou regulamentares, ou os prazos previstos em legislação especial (por exemplo, 7 anos após o termo da relação contratual previsto no âmbito da lei de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo), o maior dos dois.

6. Quais são os seus direitos enquanto titular de dados pessoais

A Interfundos garante o exercício dos direitos dos titulares dos dados em relação ao respetivo tratamento.

Direito do titular	Descrição
Acesso	Sem prejuízo da proteção de direitos de terceiros, os titulares de dados têm o direito de ter acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, bem como obter informações sobre respetivas condições de tratamento.
Retificação	Os titulares de dados têm direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou incompletos (e.g. morada, endereço de correio eletrónico, contactos telefónicos).
Oposição	Os titulares dos dados têm o direito de se opor a tratamentos de dados baseados no interesse legítimo da Interfundos.
Retirada de consentimento	Os titulares de dados têm o direito de retirar o consentimento que concederam, para tratamentos de dados nele baseados.
Esquecimento	Os titulares dos dados têm o direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais detidos pela Interfundos, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação (e.g. cumprimento de uma obrigação legal, defesa da Interfundos ou de terceiros num processo judicial).
Limitação	Os titulares de dados têm o direito de pedir a limitação de um tratamento de dados quando (i) contestaram a exatidão dos dados pessoais e durante um período que permita à Interfundos verificar a sua exatidão, (ii) o tratamento for ilícito e se opuserem ao apagamento dos dados pessoais; (iii) a Interfundos já não precisar dos

	dados pessoais, mas esses dados sejam requeridos pelos Clientes para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; (iv) se opuseram ao tratamento e durante o período de avaliação do pedido pela Interfundos.
Portabilidade	Os titulares dos dados têm o direito a receber os dados pessoais que forneceram à Interfundos, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento.
Não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas	Os titulares dos dados têm o direito a requerer que haja intervenção humana ou a contestar decisões baseadas em tratamentos de dados pessoais totalmente automatizados que possam produzir efeitos significativos nas suas esferas jurídica ou de vida privada, salvo se o tratamento se destinar ao cumprimento de uma obrigação legal (e.g, prevenção de branqueamento de capitais). A Interfundos tem mecanismos para garantir a intervenção humana nos tratamentos de dados baseados em decisões automatizadas, permitindo que o titular manifeste o seu ponto de vista e conteste a decisão automatizada.
Reclamar junto da CNPD	Os titulares de dados têm o direito a apresentar reclamações junto da CNPD, em relação a matérias relativas ao exercício dos seus direitos e à proteção dos seus dados pessoais.

Pode exercer os seus direitos, em matéria de proteção de dados, através de carta ou correio eletrónico para os contactos da Interfundos ou do Encarregado da Proteção de Dados. A Interfundos responderá aos pedidos no prazo máximo de 1 mês, exceto para pedidos especialmente complexos. Nestes casos, a Interfundos informará os titulares acerca (i) da necessidade de estender o prazo de resposta, por um período adicional máximo de 2 meses, (ii) da respetiva justificação.

Sempre que a Interfundos considere que não é possível corresponder aos pedidos, os titulares dos dados serão informados das razões, dentro dos prazos acima estabelecidos.

O exercício dos direitos é gratuito, exceto quando ocorram situações consideradas excessivas, anómalas e/ou de má-fé. Nestas situações, a Interfundos informará antecipadamente os titulares dos dados das comissões a cobrar e da respetiva justificação.

A Interfundos tem mecanismos adequados para verificar e confirmar a identidade dos titulares dos dados que pretenderem exercer os seus direitos, sendo atendidos exclusivamente aqueles cuja identidade possa ser confirmada, e através de canal que permita manter evidência do pedido e da resposta respetiva.

7. Que dados pessoais partilhamos

Na Interfundos têm acesso a dados pessoais os Colaboradores que deles necessitam para cumprir as suas funções, nomeadamente no âmbito de diligências ou obrigações contratuais, pré-contratuais e legais.

Adicionalmente, os dados pessoais podem ser disponibilizados a entidades terceiras - entidades distintas da Interfundos:

Entidades terceiras	Exemplos
Outras entidades integrantes do Grupo Banco Comercial Português	Banco Comercial Português, S.A. ou agrupamentos complementares de empresas constituídas pelo Grupo Banco Comercial Português (Grupo BCP), no âmbito das medidas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e fraude, ou para fins de gestão administrativa e financeira a nível do Grupo.
Organismos públicos e instituições de supervisão	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Unidade de Informação Financeira da PJ e autoridades fiscais, sempre que para tal exista uma obrigação legal ou regulatória, por exemplo a comunicação de informação (i) nos termos da legislação aplicável, (ii) no decurso de uma investigação, denúncia ou procedimento, para Organismos Públicos, ao Tribunal e às Forças de Segurança que estejam responsáveis pelo assunto, ou (iii) para autoridades ou organismos oficiais de outros países, situados dentro ou fora da União Europeia, no âmbito da luta contra o financiamento ao terrorismo, formas graves de criminalidade organizada e prevenção de branqueamento de capitais.
Outra Entidade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo	Sempre que ocorra a transferência da gestão de um Organismo de Investimento Imobiliário para outra Entidade Gestora, todos os elementos respeitantes ao Fundo e à sua gestão corrente devem ser entregues à Entidade Gestora que recebe o Fundo.
Prestadores de Serviços	Fornecedores de serviços de gestão documental e de arquivo, de serviços tecnológicos, escritórios de advocacia, peritos avaliadores de imóveis.

Transmissão de dados para países terceiros ou organizações internacionais

A transmissão de dados para países fora da União Europeia só ocorre (i) por exigência legal, ou (ii) mediante uma autorização expressa do titular dos dados.

No caso de ser necessário o recurso a prestadores de serviços de países terceiros, a Interfundos assegurará contratualmente que estas entidades cumprem com todas as obrigações legais em matéria de proteção de dados, tratando-os mediante as instruções prévias e documentadas dadas pela Interfundos.

8. Como protegemos os dados pessoais

A proteção da confidencialidade e da integridade dos dados é, desde há muito, considerada pela Interfundos, e pelo Grupo BCP de que faz parte, como um dos pilares fundamentais na construção de relações de confiança com os Acionistas, Participantes, Contrapartes, Prestadores de Serviços, Colaboradores, Entidades Reguladoras e de Supervisão.

A Interfundos e o Grupo BCP têm implementadas as medidas organizativas, processos e sistemas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição, a alteração e o acesso não autorizados, incluindo: (i) mecanismos de controlo de acesso aos sistemas de informação e aos dados; (ii) sistemas especializados de segurança (e.g. firewalls, antivírus, sistemas de deteção de intrusão); (iii) mecanismos de

registo das ações efetuadas por colaboradores e outros utilizadores dos sistemas de informação (e.g. acesso, alteração, eliminação de dados pessoais); (iv) mecanismos de cifra, pseudonimização e anonimização de dados; (v) medidas de cifra de equipamentos e dispositivos móveis; (vi) medidas de segurança física para proteção das instalações (e.g. controlo de acessos físicos, videovigilância, alarmes diversos); e (vii) um programa de sensibilização e formação dos colaboradores em matéria de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

9. Alterações à política de privacidade

A Interfundos reserva-se ao direito de, a todo o tempo, introduzir alterações ao presente documento, para o adequar às melhores práticas de mercado ou a futuras alterações legislativas ou regulamentares.

A versão atualizada estará sempre disponível para consulta em www.interfundos.pt

19.12.2024